

A GESTÃO DOS “FUTUROS” NAS DEMOCRACIAS: uma discussão a partir da noção de biopolítica

THE MANAGEMENT OF THE “FUTURE” IN DEMOCRACIES: a discussion from the biopolitical notion

Augusto Cecchin Bozz¹

Suely Henrique de Aquino Gomes²

Resumo:

Este trabalho sobre a biopolítica, de natureza puramente teórica, se propõe a analisar os modos pelos quais “os futuros” tornam-se inteligíveis, praticáveis e governáveis nas democracias liberais contemporâneas. Aposta-se que a questão central da biopolítica não é a morte, muito embora esta dimensão exista; mas o medo das multiplicidades pensadas negativamente como acaso, incerteza, aleatório, eventualidade. Por ter que projetar e maximizar a vida, a biopolítica enfrenta – entre tantas outras – a desmesura do tempo compreendida como excesso perigoso. Conclui-se que o catastrófico, a ameaça potencial às infraestruturas vitais e a paranoia suspeita do outro vergam no aqui e agora os mundos e os sujeitos do amanhã, coadunando biopolítica e niilismo.

Palavras-chave:Futuros; Biopolítica; Neoliberalismo; Catástrofe; Moral.

Abstract:

This work about biopolitics, of a purely theoretical feature, proposes to analyze the ways in which “the future” becomes intelligible, practicable and governable in contemporary liberal democracies. The hypothesis is that the central issue of biopolitics is not death, even though this dimension exists; but the fear of multiplicities thought negatively as chance, uncertainty, randomness, eventuality. Because biopolitics has to project and maximize life, it confronts - among so many others - the immeasurability of time understood as a dangerous excess. We conclude that the catastrophic, the potential threat to vital infrastructures and the paranoid suspicion of the other bend in the here and now the worlds and the subjects of tomorrow, joining with biopolitics and nihilism.

Keywords:Futures; Biopolitics; Neoliberalism; Catastrophe; Moral

¹ Escola de Comunicação, Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro E-mail: augusto_bozz@hotmail.com

² Professora titular da Faculdade de Comunicação e Informação da Universidade Federal de Goiás. E-mail: suelyhenriquegomes@gmail.com

1. Introdução

A pandemia de Sars-Cov-2 recolocou o tema das práticas de cuidado com a vida no centro do pensamento contemporâneo. Mais especificamente, realçou a experiência política da vida e suas estratégias de “fazer viver ou deixar morrer” (FOUCAULT, 2010). O gerenciamento do “futuro” das populações (biopolítica) é parte integrante das democracias liberais, na medida em que é indispensável ao seu desenvolvimento a inserção e a circulação controlada dos corpos na economia, a gestão distributiva dos valores e das aptidões do sujeito, a maximização calculada e utilitária da vida (FOUCAULT, 2008). Em nome de um “futuro” específico, que pode vir a ocorrer ou não, uma completa variedade de bombas é lançada, chacinas são autorizadas, animais são rastreados, carbono é comercializado, florestas são disputadas (ANDERSON, 2010a; BECK, 2019). Em outras palavras, o que a pandemia de Sars-Cov-2 realçou foi o secular princípio de deixar morrer – ou poder matar – para poder viver.

Um “futuro” incerto, desde o nascimento da biopolítica (DILLON, 2007), tem sido dobrado no aqui e agora para garantir a estabilidade da vida, eliminar as surpresas ruins, criar a infraestrutura adequada de proteção e controle (FOUCAULT, 1999). Estes dispositivos de segurança – que consistem em uma vasta rede de máquinas informacionais, de tecnologias de comunicação, de decretos legais, de enunciados científicos, de tratados internacionais, de instituições, de práticas de cuidados médicos, de princípios morais etc. – são formas de gerir o acaso, o aleatório do viver, a ameaça iminente, a catástrofe inesperada e já aí (AMOORE, DE GOEDE, 2008; BRUNO, 2013; EVANS, 2010). Pois é do perigo que a biopolítica, há muito tempo, extrai sua justificativa para salvar a todos e almejar uma vida depauperada, asséptica e indolor.

Diante desse horizonte pandêmico, cabe questionar a ontologia histórica desses dispositivos que caracterizam o modo como nos relacionamos com o tempo e a vida: de que modo, hoje, determinados tipos de “futuros” tornam-se inteligíveis, praticáveis e governáveis? Como determinados “futuros” são desvelados, racionalizados e enunciados como devendo ser corrigido e eliminado? Como esses “futuros” específicos são encarnados no presente, a partir de que práticas eles são objetivados? E quais suas implicações para a nossa subjetividade, nossa ética, nossa existência?

Com tais questões postas, o objetivo deste trabalho é colaborar para uma história política da verdade e do governo da vida. A primeira contribuição é quanto às transformações epistemológicas inerentes aos séculos XX e XXI. O gerenciamento biopolítico do “futuro” se tornou possível quando a vida, tanto em nível biológico quanto em nível cultural, emerge como objeto de saber e de governo. O conceito de risco e as tecnologias preventivistas tornaram-se o modo dominante pelo qual lidamos com os fenômenos próprios da espécie humana e da natureza. Os tópicos 2 e 3 exploram as mutações no regime de verdade, intimamente ligado ao conceito de risco, em que algumas estratégias de antecipação do futuro se fundamentam.

A segunda contribuição é quanto à articulação da biopolítica com o niilismo, aliás, da própria biopolítica como a “concretização sócio-histórica, psico-política, afetivo-subjetiva do próprio niilismo” (PELBART, 2016, p. 14). Ao assegurarem a perpetuação da vida a partir do alargamento dos modos de monitoramento e controle, as democracias liberais implicam na destruição do perigo e, portanto, na atualização dos valores e impulsos que negam a diferença. Em outras palavras, a biopolítica, naquilo que promete, é a história da desqualificação do mundo e de fazer dessa negação o impulso de dominação humana. O modo de ser biopolítico alude a um rebaixamento da vida: o nojo por todas as multiplicidades que a atravessam, pelo aleatório que lhe dirige o inesperado e o inacabado do ser. O tópico 4 explora um pouco este tema tão contemporâneo.

2. Risco, população e futuro

A primeira menção da palavra “risco” ocorreu no século XVI na ocasião da navegação marítima. Resecum ou do baixo latim *risicu/riscu* (GAMBA, SANTOS, 2006), a palavra marcava a ideia de suposição de que algo ameaçava afundar os navios. Não havia certeza nem evidência sobre o que de fato ameaçava as naus, apenas a inferência de um possível perigo oculto no mar. A palavra marcava também o rastro deixado pela ameaça: um risco, um corte de navalha, uma abertura transversal no casco do navio.

Sua compreensão mútua dos rastros da ameaça e do perigo possível (amalgamando passado e futuro), quando vulgarizada pela língua inglesa no século XVII, favoreceu a penetração dos significados de sorte, chance e fortuna³ (GONDIM, 2007). Ganho evidente do sentido de “incerteza” e “possibilidade” que permitia articular a vivência dos indivíduos à realidade que os cercavam: perigo, dano ou algum acontecimento infeliz que pode acontecer a alguém (EWALD, 1991).

Buscamos a seguir traçar sinteticamente a evolução, a continuidade e a mutação deste termo quando ultrapassou o limiar de cientificidade em duas modalidades de governo: o Estado de bem-estar social, característico da modernidade, e o neoliberalismo econômico, característico da contemporaneidade. Sabemos, contudo, que uma tal síntese se torna excessivamente resumida e parcial.

2.1 Risco e Estado de bem-estar social

No século XVIII, as antigas relações que os homens teciam entre si e com o mundo a partir do divino são postas de lado. No lugar da cabeça do rei e da igreja, emerge a população administrada pelo Estado de bem-estar social e pela ciência (FOUCAULT, 2007; cf. 1999); emerge a sociedade que é, num só tempo, a acusadora e a julgadora do destino de cada um. Todas as formas de administrar ou conduzir o indivíduo tornam-se “sociais”: direito social, medicina social, justiça social, política social, ciência social etc. O próprio indivíduo, aliás, se concebe como um ser social que é estimulado ou limitado, incitado ou reprimido pela sociedade.

A palavra risco se torna conceito central para as diversas estratégias de governo pautadas no bem-estar social. Esta centralidade ocorre, por um lado, a partir da penetração das teorias de Pascal no termo risco que, doravante, o torna passível de ser racionalizado: a “matematização” dos riscos passou a designar o cálculo de probabilidade de um evento negativo ocorrer ou não e os ganhos e as perdas envolvidos no evento. Por outro lado, esta penetração da matemática no conceito de risco ocorreu a partir dos problemas abertos pela biopolítica, pelo gerenciamento da população, em meio ao desenvolvimento industrial e das cidades, à alta densidade demográfica, ao fluxo de pessoas, entre outros.

O Estado de bem-estar social racionalizava os fenômenos da população através de esquemas estatísticos: taxa de natalidade, de mortalidade, taxa de acidentes, de adoecimento, de invalidez (FOUCAULT, 1999, 2007, 2010a; ROSE, 2013; RABINOW; ROSE, 2006). A estatística forneceu à biopolítica moderna um importante arquivo sobre a correlação entre os acidentes individuais inerentes ao desenvolvimento da

³ Vale destacar a relação que a noção de risco tem com o termo *hazard* quando passou a significar “acaso” ruim. Etimologicamente, *hazard* vem do árabe *āz-zāhr* que significa “jogo/lance de dados” e está intimamente ligado a “incerteza” e a “aposta”. *Chance*, entretanto, vem do latim *cadentia* que significa o modo como os dados caem ou o seu jeito de cair. *Chance* remete à ocasião e à disposição

sociedade: acidentes que ocorriam todos os anos, em taxas fixas; eram fenômenos regulares e previsíveis ao nível da população, mas imprevisíveis ao nível individual. Diante desta ocorrência, cabia ao Estado proteger o cidadão dos acidentes ou, quando a proteção falhasse, assegurá-lo pelo dano. Daí a formulação do modelo de seguridade social, onde o conceito de risco – já abarcando o sentido de cálculo de probabilidade – foi crucial.

Na seguridade social, o conceito de risco não designava um evento ocorrendo na realidade, mas uma certa maneira de racionalizar, tratar e tornar inteligível no presente certos eventos capazes de acontecer a um grupo de indivíduos (DEFERT, 1991; EWALD, 1991). Ele objetivava certos eventos possíveis, os fragmentava até desvelar seus condicionantes e os reorganizava. Ao invés de propor uma intervenção no real baseando-se em estados reais das coisas, como nos modelos disciplinares – diagnosticado a loucura ou a doença, por exemplo, a intervenção consistia no internamento –, o risco propõe uma intervenção no real baseando-se no possível. Na seguridade social, isso funcionava ao inverter o significado negativo do acaso em algo positivo. O seguro atribui um novo modo de existência a eventos antes temidos; ele cria valor, capital.

Em certo sentido, o risco introduz, na relação com o possível, outra ideia de justiça social. A ideia de causa, muito recorrente nas racionalidades disciplinares – “a” causa da loucura, “a” causa da criminalidade, “a” causa do suicídio ou do adoecimento –, foi substituída pela ideia de repartição coletiva dos danos. Assim, a tecnologia de risco, na seguridade social, não tinha o objetivo de decompor um evento possível para impedi-lo de se realizar, mas justamente distribuir seu peso, compensar um dano, atenuar o sofrimento, dar condições de enfrentar as consequências negativas do evento.

Através do conceito de risco, a biopolítica novecentista conseguiu extrair uma estratégia de governo da vida que consistia em:

calcular os possíveis eventos danosos através da estatística (amarrando as recorrências do passado ao presente) e do cálculo de probabilidade (amarrando o presente ao que o sucede);

distribuir a toda a população os custos dos eventos danosos que a afeta, mas que só atinge de fato alguns indivíduos (o risco define a própria sociedade, mas cada indivíduo se define pela probabilidade de risco que cabe a ele e cujo ônus é coletivo); e

capitalizar os possíveis eventos danosos, perigosos, ameaçadores, na medida em que cada indivíduo possui um esquema de indenização, logo, um preço.

Portanto, a tecnologia de risco, a partir da seguridade, tornou possível calcular a incerteza, o acaso, o aleatório, e indenizar aqueles desafortunados que sofreram os danos. A introdução do conceito de risco nas estratégias de governamentalidade biopolítica sinaliza, deste modo, não somente a emergência de uma nova técnica de racionalização do futuro, mas também a emergência de uma moral diferente dos modelos anteriores. Calcular os riscos torna-se um empreendimento, uma exigência, em uma sociedade que clama à população que preste atenção à sua saúde e ao seu futuro. Vale ressaltar, entretanto, que esse modo de dobrar o futuro sobre o presente visava apenas atenuar os sofrimentos, especialmente ao coletivizá-los, e não necessariamente excluí-los do real.

2.2 Risco e neoliberalismo

Durante a primeira metade do século XX, uma série de mutações microfísicas nos campos da saúde, do direito, da economia, da psicologia, para citar alguns, exerceu forte pressão sobre o conceito de risco até um novo deslocamento epistemológico e moral. A passagem das doenças infecciosas para as doenças

crônicas, a passagem do tratamento asilar para a reinserção do doente mental nos circuitos de trabalho, a passagem da correção prisional para a vigilância e o controle do crime, enfim, esses três exemplos – e para ficar apenas neles – marcaram os novos problemas de um mundo não mais ordenado e organizado espacialmente, mas sim circulante e globalizado. É com estes problemas que o conceito de risco precisou se defrontar enquanto tecnologia de racionalização dos fenômenos próprios da população.

Segundo Castel (1991) e Rose (2013, 2000), na psiquiatria, o conceito de risco passou a definir a combinação de fatores que são prováveis de ocorrer em determinados comportamentos. Ao invés de produzir um diagnóstico e de inspecionar o corpo do paciente, a psiquiatria produz dossiês e perfis baseados no risco (SCOOT et al, 2005; para outras implicações dessa nova reposição do paciente nas terapêuticas, cf. CALLON, RABEHARISOA, 1998, 2008). As terapêuticas abordam as correlações de fatores e estatísticas que são comuns a determinados comportamentos de doentes mentais. Ou seja, o objeto concreto da intervenção é o próprio feixe de combinações constitutivo do sujeito doente, o estado pré-adoecimento (GONDIM, 2007).

Deste modo, esta técnica de racionalização tenderá cada vez mais a constituir as condições de emergência do perigo, da ameaça e dos danos. Em seguida, se deduzem delas as formas de antecipação e intervenção. Daí a psiquiatria sugerir um sistema de medicalização social com o objetivo de prevenir e antecipar o surgimento de algum transtorno médico (ZOZARNELLI et al., 2014). Mas a prevenção deve, ainda, obedecer a lógica do controle, e não a da disciplina: ao invés de internar o suicida, aplica-se nele um remédio antidepressivo e um esquema de vigilância antes da emergência do suicídio para reintegrá-lo à sociedade, ao consumo (VAZ, 2015).

O mesmo esquema de inteligibilidade se deu na saúde pública. O fator de risco (VAZ, 2006, 2007a, 2007b), largamente utilizado para as doenças crônicas (câncer, pressão alta, diabetes, obesidade, entre outros), indica que um determinado comportamento não causa necessariamente um evento negativo, mas aumenta a probabilidade deste evento ocorrer: passa-se da doença à sua viabilidade. Os agentes não-humanos (vírus, bactérias, enzimas, proteínas, genes) foram cada vez mais assimilados pelo fator de risco como condicionantes de um evento negativo.

O corpo, portanto, abriu-se ao porvir (VAZ, 2002) e ao ambiente: a noção de fator de risco mapeia os comportamentos e as condições que estão articuladas à existência futura de um evento negativo. Extrai-se desse arquivo um nexos probabilístico e estatístico e, no fim, são produzidos perfis de risco com vistas a intervir antes da emergência da doença. Em outras palavras, ele vincula comportamento a eventos futuros, presumindo que está ao alcance da ação humana a prevenção e reparação. Esta técnica de racionalização da “incerteza” visa as condições de realização do possível em um determinado ambiente. Mas, ao contrário de sua aplicação no Estado de bem-estar social, ela agora compreende que é admissível uma intervenção nestas condições: o sofrimento pode ser evitado, e não somente atenuado. Cabe, então, instaurar um sistema de pré-deteção que encarne o futuro na forma de cálculo e crie formas de evitá-lo.

Concomitante a essas modificações no campo da saúde, uma outra ocorria no nível da economia e na arte de governar. A partir da segunda guerra mundial, uma crítica à figura do Estado tomou corpo em favor de uma economia globalizada de livre-mercado (FOUCAULT, 2008; BROWN, 2019). O neoliberalismo criticava a proteção do Estado ao indivíduo, argumentando que a seguridade social e a saúde pública estimulavam o indivíduo a adotar comportamento de risco.

Para eles, a coletivização dos riscos tem dois efeitos: primeiro, um altíssimo custo econômico da saúde, por exemplo, é distribuindo entre todos, gerando um interesse por parte de cada indivíduo de consumir ao máximo os cuidados médicos; segundo, ao separar o indivíduo do custo verdadeiro de seu comportamento com a saúde – uma vez que o Estado de bem-estar socializa os custos –, o que ocorre é um estímulo ao comportamento arriscado e pouco interessado em proteção. Para o neoliberalismo, o mercado é o lugar de

formação de verdade sobre o comportamento, de modo que é a partir do mercado – da disputa, da concorrência dos sujeitos de interesses – que se pode avaliar a vida e suas qualidades físicas e psicológicas.

Portanto, para o neoliberalismo, o Estado paternalista desencoraja o comportamento racional. O contribuinte prudente, que honra consigo e com o outro, paga os custos daquele que é avesso aos riscos, que não cuida de si. Aqui, uma outra ideia de justiça passa a emergir lentamente e que exige uma descoletivização dos custos sociais: privatização de, senão todas, parte significativa das instituições públicas em benefício de uma responsabilização por parte do indivíduo pelo seu futuro. Não cabe ao Estado aplicar o fator de risco à população com vistas a protegê-la, mas transferir essa tecnologia ao próprio indivíduo, para que ele seja responsável pelo seu futuro, pelos seus atos, e assim, sendo prudente consigo mesmo, toda a população se beneficie.

Cada um deve ser responsável pelas suas ações e assumir o preço de suas escolhas. Ao invés de uma política pública de cuidado com a saúde, cada um é convidado a adotar um estilo de vida saudável para viver longamente e feliz. A lógica neoliberal do futuro como mérito funciona produzindo um nexos entre vida e projeto, entre comportamento e realização, entre o agora e o amanhã: é próprio do homo oeconomicus aplicar sobre si um sistema de vigilância que antecipa a todo instante os possíveis eventos danosos. Com base nas evidências extraídas pelo sistema de vigilância, ele gerencia seu comportamento de modo a obter o melhor empreendimento de si. Biomedicina e economia se tocam quando o ser vivo passa a compreender a si mesmo como modelável, como capaz de maximização da performance de si, de desenvolver aptidões biológicas e psíquicas para investir no futuro. A vida, a partir da segunda metade do século XX, tornou-se força, capital humano.

Isto implica em uma nova tecnologia moral do risco (VAZ, 2008). Em primeiro lugar, na relação consigo, há uma articulação entre informação, comportamento e valor: aquele que não é prudente consigo deve pagar o preço de sua ação (COOPER, 2017), e não, como faz o Estado de bem-estar social, distribuir seu custo a toda a população (ver quadro 1).

Quadro 1: diferenças e continuidades no conceito de risco entre o Estado de bem-estar social e o neoliberalismo econômico

Risco	Estado de bem-estar	Neoliberalismo
<i>Uso</i>	Fenômenos regulares de uma população: acidentes, mortalidade.	Fenômenos ligados ao comportamento do indivíduo (fator de risco)
<i>Tipo de saber</i>	Estatística e cálculo de probabilidades	Estatística, cálculo de probabilidades, banco de dados, perfis.
<i>Modo de ação</i>	Prever um possível evento danoso	Prever as condições de emergência de possível evento danoso
<i>Função</i>	atenuar os efeitos	Antecipar respostas e intervir antes que o dano se realize
<i>Ação humana e sofrimento</i>	Inerentes ao social, portanto inevitável de ocorrer	Ligado à liberdade de estilo de vida, portanto pode ser evitado
<i>Moral</i>	Coletivização dos custos	Responsabilização individual pelas escolhas

Fonte: Elaboração própria.

Em segundo lugar, na relação com o outro, há uma articulação entre prazer e dano: aquele que não calcula um dano ao outro quando obtém prazer – por exemplo, uma mulher que está grávida e faz uso corrente de tabaco e álcool – é tido como monstruoso, irresponsável, sem escrúpulo, inviabilizando uma pessoa de se empreender (VAZ, 2010, 2014). Embora a satisfação seja o fim último para o homo econômico, toda a conduta deve ser “compatível com o interesse de cada um e de todos. É por isso que o incitamento a ‘viver perigosamente’ implica o estabelecimento de múltiplos mecanismos de segurança” (FOUCAULT, 2008, p. 405).

Portanto, o futuro como mérito (neoliberalismo) e o futuro manipulável (fator de risco) são incorporados nas diversas tecnologias de vigilância: do corpo, do crime, da doença mental, do trabalho, do ensino, da periculosidade. É interessante notar que estas técnicas de vigilância neoliberais foram amplamente estimuladas pelas democracias liberais que, sem dúvida, promoveram a suspeita a digna categoria de conceito científico e estratégia de governo (BRUNO, 2005, 2008, 2013).

3. Virtual, contingência e futuro

O conceito de risco dominou amplamente as estratégias de governo no século XX, mas ainda está em pleno vapor com mutações estratégicas e servindo de inteligibilidade à complexa organização mundial (CASTIEL et al., 2016). No seio dessas transformações, outras tecnologias de racionalização do acaso ultrapassaram o “limiar tecnológico” (DELEUZE, 2005) na virada do séc. XX para o XXI; elas nos são radicalmente contemporâneas – confundem-se com o tempo de nossas vidas aqui e agora, com a nossa moralidade – e têm caracterizado os amplos e paradoxais sistemas de proteção das democracias liberais.

Tais tecnologias formam o conjunto das ações de antecipação do futuro baseadas no virtual. Em primeiro lugar, elas respondem ao problema da contingência da vida que o neoliberalismo e o fator de risco começaram a apreender (DILLON, 2007). Não lidam mais com a recorrência de fenômenos passados e com a perpetuação dos fenômenos presentes, cujos efeitos compreendidos em um nexos linear de encadeamento podem ser previstos e atenuados; nem mesmo lidam com fatores que condicionam um evento negativo amanhã. O futuro, ao contrário, é problematizado como uma surpresa, uma ruptura, um brusco acaso; ele sempre será radicalmente diferente do “agora” e potencialmente ameaçador. O nexos entre presente e futuro se dá enquanto excesso e transbordamento (ANDERSON, 2010b; BECK, 2019; EVANS, 2010; OPHIR, 2007).

Em segundo lugar, o excesso implica em uma diferença ontológica e epistemológica em relação ao risco. Como excedente, o futuro não pode ser compreendido a partir do feixe de relações constitutivas do presente, nem das atualizações do possível a cada momento. O futuro, para essas novas estratégias, possui o status ontológico de virtual, potência de ser: uma ameaça que pode ou não acontecer, jamais sabemos (MASSUMI, 2007). A indeterminação é ao mesmo tempo objeto de saber e poder. Em termos epistemológicos, o excedente não pode ser compreendido objetivamente (não há certeza!), mas seus efeitos podem ser invocados afetivamente no presente, provocar temor e servir de justificativa para ações de proteção. Há, nas ações de antecipação do futuro, uma proliferação de pensamentos que se valem do “como se”: fabulam, imaginam, simulam, produzem narrativas e sentidos que apreendem e antecipam experiências de um futuro que carrega consigo uma surpresa negativa, um impacto desastroso nas infraestruturas sociais. Estas fábulas de futuros justificam intervenções baseadas no “poderia” (ANDERSON, 2010a).

De modo geral, as novas estratégias de racionalização e governo do acaso, postas em cena pelas democracias liberais na virada do último século, funcionam antecipando um futuro que pode ou não vir a ser, mas cujos efeitos são desastrosos. Não à toa, elas se desenvolvem largamente no campo do combate ao terrorismo, no campo de prevenção de catástrofes naturais, no campo de biossegurança de doenças/pandemias trans-espécies, enfim, se desenvolvem no conjunto de eventos considerados difusos, de difícil objetivação e potencialmente ameaçadores às democracias liberais. As ações de antecipação visam proteger e cuidar das vidas valorizadas, enquanto outras, que não merecem ser vividas, são abandonadas, destruídas e desfeitas.

Estas estratégias de racionalização e governo da contingência englobam as técnicas de precaução, preempção e preparação (MASSUMI, 2007; AMOORE, DE GOEDE, 2008; ANDERSON, 2010a, 2010b). Elas se valem de um vasto repertório de práticas discursivas que encarnam o futuro como indeterminado, mas ao mesmo tempo passível de ser experienciado através da imaginação. Antes de passarmos a descrevê-las, é preciso assinalar que, para apreender o evento potencialmente ameaçador, estas técnicas enfocam, em primeiro lugar, a capacidade de inoculação e circulação do evento catastrófico em um mundo que se estrutura como uma complexa rede de fluxos e conexões. Em segundo lugar, a capacidade da própria vida social e biológica gerar o evento catastrófico, uma vez que ela é imprevisível, dinâmica e em perpétua relação com não-humanos⁴; e, por fim, a capacidade dos efeitos de um evento catastrófico gerar ainda mais eventos ameaçadores, já que eles podem se tornar causa a cada nova circulação.

3.1 Precaução

Esta técnica visa prevenir que um evento potencialmente ameaçador ocorra à uma população. A tecnologia do risco também opera uma prevenção, mas há duas diferenças conceituais: 1) o risco previne com base nas condições de emergência e na manipulação dos fatores ligados a essa emergência; 2) o risco pressupõe um mundo que pode ser conhecido objetivamente, por isso sua função de prevenir atua sobre o real.

A precaução, ao contrário, se inicia ao identificar cientificamente – mesmo que a partir de critérios nebulosos ou plásticos, pouco sistemáticos – uma ameaça potencial já em estado de irreversibilidade (AMOORE, DE GOEDE, 2008). Em primeiro lugar, a precaução gera um sistema de alertas sobre o evento com alto grau de incerteza (GONDIM, 2007). Em segundo lugar, o sistema de alertas antecipa “determinados futuros” sobre o desenrolar do evento. Em terceiro lugar, cria mecanismos de compensação que visa desacelerar a ameaça. Por fim, ela gera um excedente lucrativo sobre o excedente ameaçador do futuro (ANDERSON, 2010a), um excedente lucrativo interminável, infinito, que se autoproduz constantemente (BECK, 2019).

Por exemplo, diante do aquecimento global, a precaução alerta e sinaliza a irreversibilidade a partir de cálculos que variam freneticamente, pois estão condicionados às associações, às relações, à não-linearidade de fatores. O cálculo abarca uma rede que se estende das ações humanas sobre o planeta até as variações no sol, na corrente marítima, nos ventos. Os perigos do aquecimento global surgem vinculados espacialmente, mas seus “efeitos-causais” são calculados desvinculando-os do espaço e lhes dando um alcance universal. O cálculo, como disse Deleuze (2008) sobre a sociedade de controle, é autodeformante

⁴ Como pontua Ulrich Beck no livro *Sociedade de Risco* (2019), “perigos vêm a reboque do consumo cotidiano. Eles viajam com o vento e a água, escondem-se por toda a parte e, juntos com o que há de mais indispensáveis a vida – o ar, a comida, a roupa, os objetos domésticos –, atravessam todas as barreiras altamente controladas de proteção da modernidade” (p. 9). Em outras palavras, trata-se de ameaças decorrentes do próprio desenvolvimento tecno-econômico que apreende a vida como manipulável.

e contingencial, esfumaça o tempo e o espaço, é incerto e provisório. Por isso, o cálculo está sempre sujeito à revisão à luz de novos dados, “sempre abertos a processos sociais de definição” (BECK, 2019, p. 27).

A sua função não é predizer qual “o nosso” futuro inescapável, mas gerar uma multiplicidade de futuros específicos, mapear zonas possivelmente mais afetadas, produzir rankings de regiões que aceleram o evento. Os cálculos não são práticas discursivas de predição probabilística; ao contrário, eles apenas tornam sensível o imprevisível e nos fornece uma gama de respostas objetivas. Esta maneira de invocar o futuro cria uma ameaça nebulosa – entre nós e em qualquer lugar – e como solução um mecanismo de compensação que vise desacelerar o aquecimento e lucrar com ele: o comércio de carbono, por exemplo. Em outras palavras, a precaução se baseia nos exames dos potenciais custos e benefícios da ação ou da falta dela (GONDIM, 2007).

3. 2 Preempção

A preempção (MASSUMI, 2007), por sua vez, atua sobre as condições de emergência do evento catastrófico, mas, diferente do risco, ela produz a própria condição de emergência da ameaça para então anulá-la. Em certo sentido, a preempção atua sobre uma ameaça que ainda não se formou nem se quer emergiu, ou mesmo foi identificada confusamente pela ciência. Ela lida com a incerteza do evento, sua potencialidade: qualquer um e qualquer coisa, dentro ou fora da democracia liberal, pode engendrar o perigo. Portanto, a primeira característica da preempção é compreender uma ameaça proteiforme (AMOORE, DE GOEDE, 2008).

Se o inimigo é difuso, a intervenção deve ser igualmente difusa; se o inimigo é iminente ameaçador, a intervenção deve ser igualmente iminente ameaçadora a ponto de provocar uma resposta real do inimigo. Amplamente utilizada na “guerra ao terrorismo” – aliás, o termo surge no idioma inglês para abarcar as relações entre o Direito e a indústria de armamento (CASTIEL et al., 2016) –, a lógica da preempção é transformar os sistemas de segurança na imagem do terror para incitar o inimigo. Em outras palavras, a preempção estimula o seu inimigo potencial a tomar forma emergente e, em seguida, intervir nele. Esta é a segunda característica da preempção: transforma a ameaça potencial e difusa em uma ameaça real.

Isto implica em uma intervenção tanto no presente quanto no futuro, mas de modo que o futuro se torne diretamente presente como efeito causal sem deixar de ser futuro. Isso ocorre no plano afetivo (EVANS, 2010). Ainda que não se tenha certeza quanto ao evento perigoso inerente ao futuro – pode ou não ocorrer –, ele é sentido na forma do medo aqui e agora. O temor dos efeitos gera um excedente que funciona como causa de uma ação no presente. A terceira característica da preempção é gerar uma política em potencial formulada na lógica condicional: se, poderia, seria, teria etc. Por isso, as ações preemptivas nunca estão no nível da verdade, mas no da eficácia (MASSUMI, 2007).

As práticas discursivas postas em cena pela preempção são os exercícios de imaginação de cenários e os jogos estratégicos. Na “guerra ao terror”, onde os eventos ameaçadores eram invocados como pura contingência, a imaginação de cenários serviu para sonharmos/fabularmos com o futuro, senti-lo afetivamente no aqui e agora, encarná-lo no corpo. O resultado desta prática discursiva foi a produção do medo de uma resposta tardia diante do terrorismo, seus desdobramentos e efeitos. Já os jogos estratégicos – de caráter imersivo – permitiu que os participantes vivenciassem os cenários imaginados, explorassem seus desdobramentos até a obtenção de uma experiência antecipatória. Estas práticas discursivas invocavam um futuro “como se” que justificavam as ações bélicas e a implantação de dispositivos de segurança (ANDERSON, 2010b).

Em resumo, a preempção 1) forja uma ameaça proteiforme, difusa e potencial; 2) encarna essa ameaça virtual em uma ameaça real; 3) seus efeitos são sentidos no nível afetivo, justificando intervenções em todo o globo. A preempção afirma: “não sabemos, mas os afegãos poderiam ter armas nucleares caso não interviéssemos e isso poderia ser desastroso para o mundo todo”. Nunca saberemos se tinham ou não, nem mesmo se havia terroristas no Afeganistão, mas o medo de existirem – e no futuro emergirem como evento catastrófico – alimentou a intervenção dos E.U.A no Oriente Médio e os diversos assassinatos de generais afegãos após o 11 de setembro. E se hoje resta apenas a dúvida, é porque a intervenção foi eficaz – e não necessariamente verdadeira – e deve continuar.

3.3 Preparação

Ao contrário da precaução e da preempção que intervêm na contingência de modo a prever eventos ameaçadores, a preparação explora a complexidade do evento, orienta suas ações para as consequências perturbadoras capazes de danificar e destruir vidas. Sua finalidade é construir um sistema de proteção resiliente que atenuar os efeitos negativos do evento e que os processos sociais sejam mantidos normalmente (LAKOFF, 2017). A primeira característica da preparação é justamente lançar luz sobre “o quê” interromperia e suspenderia a vida normal, “de que modo” isso ocorreria e “como evitar” a interrupção durante o desenrolar do evento perigoso.

A preparação não orienta sua prática em torno de um inimigo proteiforme, difuso, fantasmagórico, nem mesmo em torno de um evento irreversível e latente no aqui e agora. Ela faz emergir uma série de eventos de grande magnitude, que podem possuir uma determinada frequência e que são chamados de “catástrofes”: terremotos, pandemias, tsunamis, deslizamentos, furacões, enchentes, explosões etc. Esses eventos são potenciais, e não da ordem do possível; destruições que ainda não ocorreram, porém são iminentes ao desenvolvimento tecno-científico contemporâneo e, por isso mesmo, já são sentidos como reais hoje. A preparação não objetiva a catástrofe em si, mas o potencial político das catástrofes (BECK, 2019) que constituem fortes ameaças à vida. Esta é a segunda característica da preparação: nomeia a essência estrutural de um conjunto de eventos de ameaça potencial.

Ao nomear, a preparação obtém uma unidade relativamente estável daquilo que ameaça e em seguida estabelece conexões com outras preocupações de segurança, de infraestrutura e de fluxos. Elas podem integrar as práticas de encenação e jogo, de modo a gerar conhecimento sobre vulnerabilidades, fragilidades e fraquezas. Na preparação, a encenação teatraliza catástrofes – operadas em termos do “e se ...”, como, por exemplo “e se um terremoto...” – para examinar seus efeitos no tempo e no espaço. Em seguida, estabelece relações imaginativas com outros eventos gerados pela catástrofe: após um terremoto, pode ocorrer a explosão de uma fábrica, o congestionamento do trânsito, colapso no fornecimento de energia elétrica, grupos dominarem outros, saques de mercadoria e dinheiro. O jogo estratégico, por seu turno, encarna essas relações imaginativas, dando a elas um estatuto real, uma performance afetiva, direcionando a atenção para elementos que merecem maior preparação.

Assim, a nomeação, a encenação e o jogo estratégico funcionam a) como pedagogia para convencer as democracias liberais sobre a necessidade de planejar e investir recursos de proteção diante de um futuro potencial e; b) como efeito evidencial para reivindicar no aqui e agora ações de preparação reais. Isto gera promessa e demanda de resistência à catástrofe ligada às competências técnicas, de planejamento e de administração de recursos. Portanto, a terceira característica da preparação é organizar as capacidades de resposta de um conjunto distribuído de atores após um evento, de modo a garantir e cuidar das vidas valorizadas em detrimento de outras (LAKOFF, 2017). Diante dos eventos catastróficos, as democracias

liberais precisam lidar com “perdas de mercado, depreciação do capital, controles burocráticos das decisões empresariais, abertura de novos mercados, custos astronômicos, procedimentos judiciais, perda de prestígio” (BECK, 2019, p. 28).

4. Vida, incerteza e moral

O intuito da biopolítica do virtual – preparação, preempção e precaução, por exemplo – é compreender a vida como “pura” contingência. As ações de antecipação do futuro penetram nessa indeterminação que elas mesmas tornam inteligível, praticável e governável. Na pura contingência, o futuro é transbordamento incapaz de ser conhecido objetivamente ou de ser previsto através de tendências passadas e atuais. As democracias liberais lidam com um futuro que extravasa infinitamente o aqui e agora: é surpresa.

O presente carrega consigo a própria ameaça que precisa ser desvelada enquanto futuro, temida hoje sem deixar de ser futuro, causa atual de um efeito que pode ou não vir a ser. Por isso, a vida é constantemente tensionada à beira de uma catástrofe. Ela tornou-se ameaça e promessa, dano e oportunidade, destruição potencial e incerteza produtiva. O paradoxo das democracias liberais consiste justamente em produzir e conviver com a imanência do catastrófico (BECK, 2019; OPHIR, 2007): o mundo não é mais morada, e sim aflição e temor – eis a nossa experiência subjetiva.

É neste contexto de tensão generalizada que algumas vidas são tomadas como mais importantes que outras, são mais valorizadas e precisam ser melhor protegidas enquanto outras são abandonadas ou ativamente apagadas – “CPFs cancelados”. As democracias liberais, no fundo, operam seleções que podem ser interpretadas como a normalização do estado de exceção (BECK, 2019), o alargamento dos campos de concentração (AGAMBEN, 2007), uma necropolítica (MBEMBE, 2018). Interessa-nos, para trabalhos vindouros, no entanto, apontar para outra dimensão desta compreensão da vida como contingência e catástrofe: a moral de uma suspeita do outro (PELBART, 2016), fortemente amalgamada com as políticas neoliberais e as redes de comunicação.

As ações de antecipação desvelam o futuro como potencialmente excedente. Ou seja, prenhe de catástrofes. Para proteger as vidas valorizadas, elas antecipam esse excedente hipotético através da precaução, da preparação e da preempção. Porém, ao antecipar a catástrofe, um novo futuro transborda e pode carregar consigo outras ameaças. Antecipar-se a um excedente é justamente produzir um novo excedente, uma vez que a vida é contingência e nada garante sua salvação. Deste modo, a única resposta possível é tornar-se ainda mais preparado. Mas a promessa de preparação só pode ser cumprida por meio de mais antecipação. Isto, por sua vez, produz outro excedente, que exige outra preparação, que mobiliza mais antecipação infinitamente.

O que se forma nas ações de antecipação é um círculo paranoico que se alimenta a cada volta, sem jamais perder força. A paranoia e o medo são os modos como cada sujeito, nas democracias liberais, lidam com o futuro, o mundo e o Outro, o correlato de uma prática de governo que faz do acirramento o lugar de produção de verdade operada pela assunção de que nunca é muito cedo e que qualquer coisa e/ou indivíduo pode representar uma ameaça potencial, ocasionando a destruição de vidas, inclusive daquelas que, segundo a lógica que aí opera, merecem ser vividas. Na paranoia da ameaça infinita, “as coisas da vida cotidiana convertem-se, praticamente da noite pro dia, em ‘cavalo de Tróia” (BECK, 2019, p. 64; grifo do autor).

A suspeita do outro é o nosso próprio modo de ser e marca a desconfiança que temos de tudo o que nos é diferente, nossa aversão ao devir, às singularidades e às singularizações. Ela faz do indeterminado, do que

não se vê e não se percebe, um dos elementos epistemológico e ontológico do sujeito contemporâneo. E o medo, a partir das técnicas de antecipação do futuro, torna-se parte integrante do pensamento e da vivência. Suspeitamos – e a nossa suspeita alimenta infinitamente outras suspeitas – de que nossa projeção, nosso empreendimento em direção ao amanhã, é constantemente ameaçado por um excedente que carrega consigo a ameaça, mas uma ameaça que não é nossa, e sim do outro. Diante desse “inimigo” proteiforme, clamamos por intervenção, vigilância e justiça. Como afirma Deleuze, “destruir, e destruir um inimigo anônimo, intercambiável, um inimigo qualquer, tornou-se o ato mais essencial da nossa nova justiça. [...] A modernidade do Apocalipse não está nas catástrofes anunciadas, mas na autoglorificação ao programada” (1997, p. 55; grifo do autor). Antes de se tornar exceção à regra, a suspeita do outro faz de Si mesmo a glória.

Considerações finais

Existem diversas formas de lidar com o futuro nas sociedades democráticas. Aqui, descrevemos duas: a biopolítica do risco (com suas mutações internas) e a biopolítica do virtual. Elas nem sempre se opõem, e, por vezes, até se reforçam. Antecipar o futuro, em ambas as modalidades, implica em um governo do acaso, em uma subordinação acelerada do aleatório, seja produzindo um nexos causal, seja produzindo um nexos eficaz. Ambas assinalam uma vontade de saber e de controlar as coisas por vir. Mas também assinalam a negação radical da alteridade, a luta reativa com o devir em favor da autoglorificação.

O que nos interessa destacar é que a biopolítica cada vez mais tem operado uma clivagem na contemporaneidade. Em primeiro lugar, enquanto experiência subjetiva da contingência, ela sustenta e tem sido sustentada por um processo de valorização da negação: ao fazer da suspeita do outro, da paranoia, do catastrófico, portanto, nosso modo de se relacionar com o mundo, a biopolítica introduz um valor descartável às vidas consideradas ameaçadoras. É no vácuo dessa subjetividade paranoica, acreditamos, que se inscrevem as lutas atuais em torno da empatia, da identidade de gênero, do lugar de fala, do racismo, da eutanásia; é um contrapelo das vidas abandonadas.

Em segundo lugar, ela sustenta e é sustentada por mudanças na prática do dizer a verdade. Ao tentar neutralizar as ameaças visando a manutenção de um tipo particular de vida, a biopolítica do virtual presume que a vida e tudo o que a cerca é contingencial, que o futuro é um excesso. Logo, não há garantias. Uma ameaça cresce condicionalmente no nível afetivo enquanto permanece futura. A política em potencial descarta as causas reais em favor dos efeitos retroativos que, quando encarnados no presente, são eficazes para exigir proteção e intervenção: o verdadeiro provém da eficácia.

Em último lugar, a biopolítica sustenta e é sustentada por uma ampla ontologia do contingente. Tudo deve ser pensado e problematizado como contingente, incluindo o social, o econômico, o jurídico, a saúde, a língua, o trabalho. Ao invés de nos descobrirmos como seres sociais, tal como ocorria na modernidade, que implica em uma governamentalidade orientada aos fenômenos do social, agora descobrimos a nós mesmos como incerteza, indeterminação, contingência. Isto marca a passagem de uma biopolítica de proteção da população para a biopolítica de proteção dos sistemas vitais.

Referências:

- AGAMBEN, G. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- AMOORE, L; DE GOEDE, M. Transactions after 9/11: The Banal Face of the Preemptive Strike. In: Transactions of the Institute of British Geographers, vol. 33, n. 2, apr., 2008, pp. 173-185. <https://www.jstor.org/stable/30133355> acesso em 15/05/2021 as 08h17
- ANDERSON, B. Preemption, precaution, preparedness: Anticipatory action and future geographies. In: Progress in Human Geography, n. 34, v. 6, 2010a, p. 777-798. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0309132510362600> acesso em 15/05/2021 as 08h19
- _____. Security and the Future: anticipating the event of terror. In: Geoforum, v. 41, 2010b, p. 227-235. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2009.11.002> acesso em 15/05/2021 as 08h20
- BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma nova modernidade. São Paulo: Editora 34, 2019.
- BRUNO, F. Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- _____. Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital. In: Revista Famecos, n. 36, 2008, p. 10-16. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2008.36.4410> acesso em 15/05/2021 as 08h21
- BRUNO, F.; PIMENTEL, C. A vida no banco de dados: a visibilidade do corpo informacional e previsão das individualidades. In: Contraponto, v. 12, 2005, p. 127-139. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i12.566> acesso em 15/05/2021 as 08h21
- BROWN, W. Nas ruínas do neoliberalismo. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- CALLON, M; RABEHARISOA, V. The growing engagement of emergent concerned groups in political and economic life: lessons from the french association of neuromuscular disease patients. In: Science, Technology, & Human Values, v. 33, n. 2, mar. de 2008, p. 230-261. <https://doi.org/10.1177%2F0162243907311264> acesso em 15/05/2021 as 08h21
- _____. L'implication des malades dans les activités de recherche soutenues par l'Association française contre les myopathies. In: Sciences sociales et Santé, v. 16, n 3, 1998, p. 41-65. <https://doi.org/10.3406/sosan.1998.1435> acesso em 15/05/2021 as 08h23
- CASTEL, R. From dangerousness to risk. In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (org.). The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and interview with Foucault. Chicago: the University of Chicago Press, 1991, p. 281-298.
- CASTIEL, L; MORAES, D; PAULA, I. Terapeuticalização e os dilemas preemptivistas na esfera da saúde pública individualizada. Revista Saúde Soc., São Paulo, v.25, n.1, p.96-107, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016142788> acesso em 15/05/2021 as 08h23
- COOPER, M. Family values: between neoliberalism and the new social conservatism. New York: Zone Books, 2017.
- DELEUZE, G. Conversações: 1972-1990. São Paulo: Editora 34, 2008.
- _____. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- _____. Crítica e Clínica. São Paulo: Editora 34, 1997.

DEFERT, D. "Popular life" and insurance technology. In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (org.). The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and interview with Foucault. Chicago: the University of Chicago Press, 1991, p. 211-236.

DILLON, M. Governing through contingency: the security of biopolitical governance. In: Political Geography, v. 26, s/n, 2007, p. 41-47. <http://dx.doi.org/10.1016/j.polgeo.2006.08.003> acesso em 15/05/2021 as 08h25

EVANS, B. Anticipating fatness: childhood, affect and the pre-emptive 'war on obesity'. In: Transactions of the Institute of British Geographers, vol. 35, n. 1, January 2010, pp. 21-38. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1475-5661.2009.00363.x> acesso em 15/05/2021 as 08h26

EWALD, F. Insurance and risk. In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (org.). The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and interview with Foucault. Chicago: the University of Chicago Press, 1991, p. 197-210.

FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

_____. Microfísica do poder. 12^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GAMBA, M., SANTOS, E. Risco: repensando conceitos e paradigmas. In: Acta Paul, v. 4, n. 19, 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002006000400001> acesso em 15/05/2021 as 08h27

GONDIM, G. Do conceito de risco ao da precaução: entre determinismos e incertezas. In: FONSECA, Angélica Ferreira; CORBO, Ana Maria D'Andrea (Org.). O território e o processo saúde-doença. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007.

LAKOFF, A. Unprepared: global health in a time of emergency. Oakland, California: University of California Press, 2017.

MASSUMI, B. Potential Politics and the Primacy of Preemption. In: Theory & Event, n. 2, v. 10, 2007. <https://doi.org/10.1353/tae.2007.0066> acesso em 15/05/2021 as 08h27

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: Editora n1, 2018.

NOVAS, C; ROSE, N. Genetic risk and the birth of the somatic individual. In: Economy and Society, v. 29, n. 4, nov. de 2000, p. 485-513.

OPHIR, A. The Two-State Solution: Providence and Catastrophe. In: Theoretical Inquiries in Law, v. 8, n. 1, 2007, p. 117-159. <http://dx.doi.org/10.2202/1565-3404.1146> acesso em 15/05/2021 as 08h28

PELBART, Peter. O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento. São Paulo: n-1, 2016.

RABINOW, P; ROSE, N. O conceito de biopoder hoje. In: Revista de Ciências Sociais, n. 24, abril de 2006, p. 27-57. <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6600> acesso em 15/05/2021 as 08h38

ROSE, N. A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no séc. XXI. São Paulo: Paulus, 2013.

_____. Inventando nossos Selves: psicologia, poder e subjetividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

SCOTT et al. Repositioning the patient: the implication of being 'at risk'. In: *Social Science & Medicine*, n. 60, 2005, p. 1869-1879. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2004.08.020> acesso em 15/05/2021 as 08h39

VAZ, P. Do normal ao consumidor: conceito de doença e medicamento na contemporaneidade. In: *Revista Agora*, v. 18, n. 1, janeiro-junho de 2015, p. 51-68. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982015000100005> acesso em 15/05/2021 as 08h39

_____. A vida feliz das vítimas. In: FREIRE FILHO, J. (Org.). *Ser Feliz Hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. O destino do fait divers: política, risco e ressentimento no Brasil contemporâneo. In: *Revista FAMECOS*, n. 35, abril de 2008, p. 51-60. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2008.35.4093> acesso em 15/05/2021 as 08h40

_____. O sentido das notícias sobre saúde na cultura contemporânea. In: *Revista Eco-Pós*, v. 10, n. 1, janeiro-julho de 2007a, p. 107-119.

VAZ, P. et al. O fator de risco na mídia. In: *Revista Interface – comunicação, saúde, educação*, v. 11, n. 21, janeiro-abril de 2007b, p. 145-153. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832007000100013> acesso em 15/05/2021 as 08h43

VAZ, P. Consumo e risco: mídia e experiência do corpo na atualidade. In: *Revista de Comunicação, Mídia e Consumo*, v. 3, n. 6, março de 2006, p. 37-61. <http://dx.doi.org/10.18568/cmc.v3i6.58> acesso em 15/05/2021 as 08h43

_____. Um corpo futuro. In: PACHECO, Anelise; COCCO, Giuseppe; VAZ, Paulo. (Org.). *O trabalho da multidão*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002, p. 121-146.

ZORZANELLI, R; ORTEGA, F; BEZERRA JÚNIOR, B. Um panorama sobre as variações em torno do conceito de medicalização entre 1950-2010. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2014, vol.19, n.6, pp.1859-1868. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014196.03612013> acesso em 15/05/2021 as 08h44